

**ASSINATURA DE UM PROTOCOLO COM O RECOLHIMENTO DE SANTA  
MARIA MADALENA E DE AUTORIZAÇÃO DE PROCESSOS DE  
RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA**

**Vila do Porto, 19 de julho de 2016**

*Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco  
Cordeiro*

Aquilo que gostaria de vos transmitir neste momento é, desde logo, o gosto e a satisfação que tenho de estar hoje aqui, numa cerimónia que acaba por ter três componentes: a da conclusão do loteamento do Outeiro, a do protocolo com o Recolhimento para apoio a famílias na área da habitação e estes seis processos relativos também a apoios à habitação.

No total, estamos a falar de um investimento público de cerca de 250 mil euros e que abrangerá e melhorará as condições de habitação de cerca de 40 pessoas.

Aquilo que temos feito ao nível da habitação, e também aquilo que temos feito aqui na ilha de Santa Maria, no fundo, tem neste ato e nesta cerimónia um bom exemplo do que tem sido uma atuação que muitas vezes que não se reveste deste formato, mas que é uma atuação que visa ajudar as famílias de Santa Maria a realizarem este seu direito à habitação.

Desde o início desta legislatura tivemos esse cuidado e essa atenção em relação ao apoio à habitação degradada, tivemos essa atenção e esse cuidado em relação àqueles que, com esta ajuda, acabam por ter condições também para realizar este direito à habitação.

Eu tenho referido noutras circunstâncias, e julgo ser sempre importante referi-lo, e é por isso que o faço também aqui, que este apoio que vos é dado não é uma benesse, não é uma prenda. É um contrato que nós fazemos.

Da parte do Governo dos Açores, aquilo que o Governo faz é pegar numa parte do dinheiro dos impostos que todos os Açorianos pagam, incluindo os Marienses, e dirigi-lo para este apoio. Da vossa parte, aquilo que esperamos, do ponto de vista também de prestação neste contrato, é que utilizem o melhor possível este apoio que é colocado à vossa disposição, porque ele resulta – mais uma vez o digo –, não de uma benesse, mas do dinheiro pago pelos impostos dos Açorianos e que ao Governo compete dirigi-lo para esta área.

Ontem, na reunião do Conselho do Governo, concluímos um processo que se reveste de grande importância e que tem a ver com o destino das moradias localizadas no domínio público aeroportuário que, como sabem, foi transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que ontem foi aprovado pelo Conselho do Governo foram as condições de venda e de outras soluções para as habitações situadas nos bairros na zona do aeroporto de Santa Maria.

O que gostaria de salientar a este propósito, sem prejuízo de, na apresentação do Comunicado do Conselho do Governo, ser mais detalhadamente referido, é que a abordagem que o Governo teve neste assunto foi a de privilegiar o direito à habitação das famílias que lá residem.

Isso quer dizer que todas as soluções e são várias - compra, arrendamento com opção de compra ou, pura e simplesmente, o arrendamento –, tendo nós, Governo, como prioridade a defesa deste direito à habitação das pessoas que lá residem, isto quer dizer que nenhuma destas soluções coloca quem lá reside atualmente numa situação menos favorável do que aquela que neste momento tem.

Fazemo-lo quer na opção de compra, quer no arrendamento com opção de compra, quer no arrendamento puro e simples, fazemo-lo também com as condições que permitam, de uma forma o mais aberta possível, que essas famílias possam passar a ser – se assim o entenderem e, neste caso, a opção está do lado delas –, proprietárias da sua habitação.

Apenas uma referência: no caso da compra foi também criado um mecanismo de bonificação que pode ir até 75% do valor da habitação. Mas todas essas matérias serão, naturalmente, melhor explicitadas na apresentação do Comunicado do Conselho do Governo.

Gostava, a concluir, apenas de vos dar conta do trabalho que foi feito a nível regional, a nível de todas as ilhas dos Açores, também nesta área da habitação. Desde o final de 2012, portanto, praticamente nos últimos quatro anos, a Região investiu cerca de 60 milhões de euros em apoios para ajudar a garantir este direito à habitação.

Foram cerca de 4.500 famílias, em toda a Região, que viram esse direito também concretizado, de forma a podermos dizer que, também neste domínio, há um trabalho claro sobre esta matéria.

No início da legislatura, assumimos o compromisso de que iríamos apoiar cerca de 400 famílias, apenas na reabilitação da habitação degradada. Era esse o nosso objetivo, era essa a nossa meta, porque julgávamos, no início desta legislatura, que seria isso que teríamos condições para fazer. Bom, o facto é que, até ao dia de hoje, já são 1.300 famílias que foram apoiadas.

Também do ponto de vista do parque habitacional da Região, da sua reabilitação, tínhamos estimado uma meta com meia centena de habitações para reabilitarmos. O facto é que, neste momento, já são mais de 200 as habitações da Região que foram reabilitadas e que estão ao serviço das famílias açorianas.

Serve tudo isto para dizer que, também aqui, tentamos responder até ao limite das nossas competências e até ao limite dos nossos recursos àquilo que nos foi aparecendo pela frente, àquilo que foram os desafios que nos foram aparecendo pela frente.

Hoje, com base neste trabalho feito ao longo de quatro anos, hoje, neste momento e nesta cerimónia que, em si mesma, pela sua natureza, acaba por ser um ponto de partida, acaba por ser o início de um processo, desde logo ao nível de cada uma das vossas habitações, é particularmente grato também registar este trabalho que foi feito, esta caminhada que foi feita e aquilo que também definimos continuamente como ambição e como objetivo.

É isso que fazemos também hoje aqui. Nós entendemos, aqui na Região, ser responsabilidade de um Governo ajudar as famílias a garantirem o direito à habitação. Não é responsabilidade do Governo substituir-se às famílias na garantia do direito à habitação, mas ajudá-las. É isso que hoje fazemos aqui, é isso que hoje, no fundo, toda a Região faz, por intermédio do Governo, em relação a esses casos que aqui referimos.

Eu termino, formulando votos para que, o mais rapidamente possível, esse apoio se possa traduzir, de facto, em termos concretos, na melhoria das condições das vossas habitações, na criação de condições para, desde logo, a conclusão do loteamento, também, no que diz respeito ao Recolhimento, na criação de condições para que possam ajudar ainda mais – ou ajudar-nos a ajudar –, ainda mais famílias.

Um bom dia para todos, as maiores felicidades e muito obrigado.